

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.352 - PR (2019/0297281-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : ADRIANO BARBOSA DE JESUS
ADVOGADOS : FABRÍCIO VON MENGDEN CAMPEZATTO - RS047060
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

TUTELA PROVISÓRIA. PENAL. EFEITO SUSPENSIVO. RECURSO ESPECIAL. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PERIGO NA DEMORA. DEMONSTRAÇÃO. PEDIDO DEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial interposto por ADRIANO BARBOSA DE JESUS, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região na Apelação Criminal n.º 5000771-54.2018.4.04.7002/PR.

Consta dos autos que o Tribunal de origem, reformando a sentença de primeiro grau, condenou o Requerente às penas de 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto, e pagamento de 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal, como incurso no art. 304 c.c. o art. 297, ambos do Código Penal. A sanção corporal foi substituída por 2 (duas) restritivas de direitos, nos termos da seguinte ementa (fls. 47-48):

"PENAL. PROCESSO PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO. CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO – CNH. ARTIGO 304 C/C 297 DO CÓDIGO PENAL. MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. FALSIFICAÇÃO NÃO GROSSEIRA. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDA. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E MULTA FIXADAS NO MÍNIMO LEGAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.

1. Autoria e materialidade do delito do artigo 304 do Código Penal imputado na denúncia estão consubstanciadas pelo conjunto probatório, destacando o laudo pericial que constatou a inautenticidade da CNH que o réu apresentou junto à Caixa Econômica Federal.

2. No que diz respeito ao dolo, elemento subjetivo do tipo, restou comprovada nos autos a vontade livre e consciente do réu em apresentar à instituição bancária o documento falsificado.

3. O fato do servidor público da instituição bancária, que cotidianamente manuseia este tipo de documentação em face das funções

Superior Tribunal de Justiça

que exerce, não afasta a aptidão do documento de enganar pessoas normais.

4. Presente prova da materialidade, da autoria e do dolo no agir, bem como inexistentes causas excludentes da culpabilidade ou da ilicitude, impõe-se dar provimento à apelação do Ministério Público Federal para reformar a sentença e condenar o réu pela prática do crime de uso de documento falso (art. 304 do Código Penal).

5. Pena privativa de liberdade e multa, fixadas no mínimo legal.

6. Aplicada pena que não supera 4 (quatro) anos de reclusão e atendidos os demais requisitos previstos no artigo 44 do Código Penal, é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, as quais proporcionam um meio menos gravoso de cumprimento da pena.

7. Pena carcerária substituída por duas penas restritivas de direitos, quais sejam, a de prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas, pelo período que durar a condenação, de acordo com o local e as condições a serem estabelecidas pelo juízo da execução penal, e a de prestação pecuniária, na forma do artigo 44, § 2º, segunda parte, do Código Penal.

8. Execução provisória da pena autorizada, conforme entendimento firmado pelo STF (HC 126.292). Súmula 122 TRF4."

Sustenta a Defesa, nas razões do apelo nobre, além da existência de dissídio pretoriano, contrariedade aos arts. 44, inciso III, e 45, § 1.º, do Código Penal; bem como ao art. 147 da Lei de Execução Penal.

Pondera que não foram observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade ao ser estabelecido o patamar de 5 (cinco) salários mínimos no tocante à sanção pecuniária imposta.

Alega que não cabe o cumprimento das reprimendas restritivas de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.

Admitiu-se o recurso na origem (fls. 138-140).

No presente pedido de tutela provisória, é formulado pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, com base nos seguintes argumentos: **a)** a presença do perigo na demora, tendo em vista que houve a determinação do imediato cumprimento da pena; e **b)** a presença da fumaça do bom direito, pois tal ordem estaria em desacordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Pede-se a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, a fim de que seja paralisada a execução da pena.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Estão presentes os pressupostos para a concessão de medida urgente.

De plano, há plausibilidade jurídica na tese sustentada no recurso especial, pois a "*Terceira Seção desta Corte pacificou o entendimento de não ser possível a execução provisória de penas restritivas de direitos, conforme disposto no art. 147 da Lei de Execução Penal (ERESP 1.619.087/SC, Rel. p/ o acórdão o Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14.6.2017, DJe de 24.8.2017)*" (HC 417.483/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 01/12/2017).

Por outro lado, também está presente o perigo na demora, uma vez que o Tribunal de origem já determinou a execução imediata da pena restritiva de direitos.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial, devendo ser imediatamente sustada a Execução Provisória da pena imposta ao Requerente ADRIANO BARBOSA DE JESUS.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.

Publique-se. Intimem-se.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora